

Editorial

Demorou, mas saiu. Estamos, finalmente, colocando no ar o primeiro número do segundo ano da Redescrições. Este número sai do forno cheio de artigos interessantes, cuja leitura certamente será do agrado geral. Traz uma novidade, a seção intitulada “notas & comentários”, cuja característica é abordar de modo rápido e sucinto propostas pragmáticas para solução de problemas clássicos da filosofia. Quem a inaugura é o filósofo Paulo Ghiraldelli. No seu texto, **Donald Davidson e a objetividade dos valores**, aborda a versão davidsoniana da polêmica filosófica entre valor e fato. Para positivistas, juízos de valor não podem ser confundidos com juízos de fato, e só os segundo alcançam a objetividade do enunciado. Para os pragmatistas, ao contrário, todos os juízos são, no fundo, juízos de valor. Em linguagem clara e acessível, o autor nos mostra como a oposição entre positivismo e pragmatismo sobre o que são fatos e valores, tem em Davidson uma saída feliz. Este afirma surpreendentemente que juízos de valor são juízos objetivos. Justifica esse enunciado por meio de sua concepção da linguagem e da interpretação. O primeiro texto da seção Artigos é de autoria de Frederico Graniço, **A Verdade no fim da linha e a urgência democrática: Estudos sobre o debate Habermas & Rorty de 2000**, traz a tona um outro autor muito querido por Rorty, Habermas. Se com Davidson, Rorty tinha um diálogo sem rugas, com Habermas a situação será um pouco diferente, como nos mostra Graniço. O segundo texto, **Literatura da Compaixão ou Literatura da Revolta? O ficcionista de que precisamos**, de autoria de Sergio de Oliveira, aponta para lacunas do pensamento rortyano com relação à aplicabilidade do projeto liberal, especificamente em sociedades, como a brasileira, com enormes desigualdades sociais. Em seguida, o leitor encontra o texto do argentino Gabriel Palumbo, **Otras Voces: una lectura pragmatista de los escritos políticos de Octavio Paz**, no qual este mostra a relação aproximada entre as posições dos pragmatistas clássicos, como James e Dewey, e as do mexicano Octavio Paz. Textos como o de Gabriel testemunham a nossa convicção sobre a presença ‘americana’ (e não exclusivamente norte-americana) do pragmatismo no mundo contemporâneo. Rodrigo Augusto de Souza, em **A filosofia de John Dewey e a epistemologia pragmatista**, analisa a epistemologia deweyana e suas relações com o que chama de humanismo naturalista. Finalmente, o número termina

com o artigo, hoje clássico, de Nancy Fraser, **Solidariedade ou singularidade**, escrito em 1987, sobre a filosofia neo-pragmatista de Richard Rorty. Quem quer que estude Rorty deve ler esse texto, pois não só aprofunda e explica certos posicionamentos de Rorty com uma clareza que não encontramos às vezes nele mesmo, quanto, principalmente, mostra, sob a ótica do feminismo e da teoria crítica as lacunas do pensamento rortiano. O modo como ela o redescreve não invalida a filiação da autora seja com o pragmatismo enquanto um método de abordagem não dogmática dos fenômenos sociais, seja com o pragmatismo enquanto uma filosofia da democracia, mas ela renova essas duas posições filiando-as ao método crítico social. Com relação ao não dogmatismo, Fraser mostra que o elogio rortiano da contingência é reflexo de uma cultura pós-guerra fria, na qual o forte anti-comunismo reinante levou-o a desqualificar de uma maneira ingênua a análise marxista do determinismo econômico nas sociedades capitalistas. Além disso, o personagem do intelectual dividido em esferas privadas e públicas, em Rorty, é fruto da sua inquietude diante da impossibilidade de reunir o intelectual Romântico e o reformista pragmático. Essa rotura trará a seu pensamento uma série de paradoxos, dentre os quais salientamos, seguindo Fraser, a desqualificação dos movimentos sociais como sujeitos coletivos capazes de transformar a sociedade - papel destinado somente aos poetas fortes; para Rorty o discurso da ruptura só pode surgir no seio de uma mente criadora, não no espaço coletivo. Por fim, mostra como a noção de democracia em Rorty é ingênua, pois acredita em uma solidariedade sem conflitos. Propõe uma redescrição do neopragmatismo, a sua transformação em uma teoria sobre a democracia radical ou um pragmatismo feminista-socialista. Há ainda, fechando o número, a resenha de Marcos Carvalho Lopes: **JENKINS, Keith. *A História repensada*. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de Margareth Rago. São Paulo, Contexto, 2001.**

Boa leitura!

Os editores